

HABEAS CORPUS Nº 638.460 - SP (2021/0000906-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : VALDEIR FRANCISCO DE LIMA
ADVOGADO : VALDEIR FRANCISCO DE LIMA - SP347118
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CESAR AUGUSTO DE JESUS BENTO (PRESO)
PACIENTE : ADRIANO CANDIDA DE JESUS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CESAR AUGUSTO DE JESUS BENTO e OUTRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que os pacientes foram presos em flagrante em 27/12/2020, pela prática, em tese, do crime de furto qualificado. As prisões em flagrante foram convertidas em preventivas.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decisão monocrática que indeferiu pedido liminar formulado em *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal local, visando a soltura dos pacientes.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que os pacientes possam responder ao processo em liberdade, alegando para tanto a insuficiência de fundamentação do decreto prisional, em razão da ausência dos seus pressupostos autorizadores. No mérito, requer a ratificação da liminar pela ausência de justa causa, nos termos do art. 648, I, do CPP.

Subsidiariamente, pugna pela substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas ao cárcere, nos termos do art. 319 do CPP.

Por fim, em relação ao paciente ADRIANO CANDIDA DE JESUS, requer a conversão da medida extrema em prisão domiciliar, tendo em vista o fato de possuir apenas um pulmão, encontrando-se, portanto, no grupo de risco para o coronavírus.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

Superior Tribunal de Justiça

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente